

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA ISABEL ALVES DA SILVA

**DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO 5º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL: ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO**

MARINGÁ

2016

MARIA ISABEL ALVES DA SILVA

**DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO 5º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL: ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
aprovação no curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Prof.^a Ma. Natália de Oliveira.

MARINGÁ

2016

MARIA ISABEL ALVES DA SILVA

**DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO 5º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL: ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO**

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Natalia Cristina de Oliveira
(Orientadora)

Prof. Me. Gilmar Alves Montagnoli

Prof. Dr. João Paulo Pereira Coelho

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar documentos norteadores da disciplina de História e o livro didático *Ligados.com* para o 5º ano do Ensino Fundamental utilizado no município de Maringá, estado do Paraná. O interesse pelo tema surgiu a partir das vivências nos estágios práticos e atuação em sala de aula. Entendendo que existem muitas dificuldades relacionadas à falta de preparo para ministrar tal disciplina, nos propomos a estudar o que preveem os documentos norteadores, especificamente o Currículo para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Maringá, e como essas proposições são abordadas no material didático. Para tanto, é imprescindível um breve resgate histórico do ensino de História no Brasil, suas primeiras proposições, práticas e metodologias. Num segundo momento, apresentaremos as propostas para a disciplina nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o que propõe o Currículo de Maringá e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Posteriormente passaremos a seção de análise do livro didático. Neste item, analisaremos a estrutura e organização do livro, como os conteúdos propostos no Currículo aparecem no material e suas disparidades. Este estudo contribui com a prática pedagógica de professores que, assim como nós, atuam enquanto docentes pesquisadores.

Palavras-chave: Disciplina de História. Ensino fundamental. Livro Didático.

Abstract

The present study has the objective of analyzing guiding documents of the History course and the textbook *Ligados.com* for the 5th year of Elementary School used in the Municipality of Maringá, State of Paraná. The interest for the theme arose from the experiences in the practical stages and acting in the classroom. Understanding that there are many difficulties related to the lack of preparation to teach such discipline, we propose to study what the guiding documents foresee, specifically the Curriculum for Early Childhood Education and Initial Years of the Maringá Municipal School, and how these propositions are addressed in the didactic material. Therefore, a brief historical rescue of the teaching of History in Brazil, its first propositions, practices and methodologies is essential. In a second moment, we will present the proposals for the discipline in the National Curricular Guidelines for Elementary School, which proposes the Curriculum of Maringá and the National Curricular Parameters. Later we will pass the analysis section of the textbook. In this item, we will analyze the structure and organization of the book, how the contents proposed in the Curriculum appear in the material and its disparities. This study contributes to the pedagogical practice of teachers who, like us, act as research teachers.

Keywords: Discipline of History. Elementary School. Textbook.

1 Introdução

A História está intimamente ligada à construção de identidade e auto-conhecimento de qualquer indivíduo. Nos primeiros anos de vida descobrimos, por meio da história, quem somos, quais são nossas origens e nossas marcas culturais. Mais tarde, nas vivências escolares, ampliamos nosso conhecimento estudando fatos que marcaram diferentes épocas e transformaram a história de nossa comunidade, país e mundo. É na disciplina de História que temos essa oportunidade de estudar como o passado influencia o presente e nos leva a reflexão de como será o futuro.

Partindo desta reflexão, e ao trabalhar com uma turma de 5º ano em uma escola da rede privada na cidade de Maringá – Estado do Paraná, percebemos que existem muitas dificuldades – por parte dos professores – para lidar com a disciplina de História. Os motivos, aparentes, são a falta de preparo específico para a disciplina, material didático e/ou falta de conhecimento quanto ao direcionamento sobre o que preveem os documentos que organizam os conteúdos de História para cada série do Ensino Fundamental - em específico, para o 5º ano.

Este artigo é produto da análise de documentos norteadores da disciplina de História e livro didático¹ específico do 5º ano do ensino fundamental; nossa proposta foi comparar documentos federais e municipais confrontando-os com o livro didático utilizado nas escolas públicas do município de Maringá. Escolhemos este livro pois vimos a necessidade de compreender como se dá o tratamento dos conteúdos na esfera pública, a que atende e atinge a maior parte das crianças do nosso município.

Percebemos tanto nos estágios quanto nas aulas da graduação, que existem muitas dificuldades enfrentadas pelos professores que estão ligadas a falta de preparo específico para a disciplina, material didático e falta de conhecimento quanto ao direcionamento e o que preveem os documentos que organizam os conteúdos de História para cada série do Ensino Fundamental.

Entendendo que a disciplina de História é importante para a formação do aluno quanto às demais disciplinas que compõem o currículo da educação básica, pretendemos com esta pesquisa contribuir com os debates acadêmicos sobre o

¹ALVES, Alexandre. *Ligados.com : história, 5º ano: anos iniciais* / Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, Regina Nogueira Borella. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

O didático é utilizado em todas as escolas da rede municipal de Maringá. O exemplar para análise foi cedido por uma professora da rede.

assunto e a partir do olhar específico a um livro didático e documentos norteadores, buscar novas estratégias para enriquecer estas aulas.

Objetivamos compreender os direcionamentos dispostos nos documentos que organizam e preveem o ensino de História no 5º ano do Ensino Fundamental e confrontá-los com livro didático utilizado na rede municipal de Maringá. Além disso, analisamos o formato dos conteúdos dispostos nos documentos citados em relação ao ensino de História para alunos do 5º ano; confrontamos conteúdos indicados no livro didático ligados com a História neste mesmo ano do ensino fundamental; e, compreendemos as diferenças entre as proposições do Currículo de Maringá e a prática disposta/indicada no presente livro didático.

O presente artigo tem caráter bibliográfico. Gil (1999) afirma que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, e é indispensável nos estudos históricos. Inicialmente, apresentamos os documentos oficiais que norteiam a disciplina; por conseguinte, tratamos da análise de um livro didático de História do 5º ano, com o objetivo de verificar se o material está em conformidade com o proposto pelo Currículo – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Maringá. Por fim, faremos nossas considerações finais sobre o estudo. Pretendemos com, tal pesquisa, contribuir com a formação e práticas pedagógicas de professores que assim como nós atuam nesta área docente.

2 Disciplina de História: um breve resgate histórico

Aqui, além de analisarmos o que está previsto na legislação, é imprescindível fazermos um resgate histórico sobre o ensino de História nas escolas e como ganhou autonomia. Essa disciplina surgiu de fato nas escolas, no final do século XIX, na Europa, durante a Revolução Francesa na luta por uma escola pública.

No Brasil, a disciplina surgiu ainda no período do Império, era optativa e tinha um caráter moral e cristão. Somente em 1837, se torna disciplina escolar com foco na história das civilizações.

As discussões sobre a disciplina de História, suas metodologias e práticas foram marcadas pela ideia de serem questões dos cursos de Ciências Humanas como, principalmente, História e Pedagogia. Segundo Toledo (2011), os estudos pedagógicos sobre a disciplina de História, ao longo do século XX, como os manuais para a formação de professores, encontram-se numa linguagem própria para os

educadores. Destacamos, neste período, a exigência de certa tradição educacional que por meio dos impressos pedagógicos produzidos e divulgados pelos *renovadores da educação*² a partir de 1920, definiu um conjunto de prescrições e práticas articuladas em torno de orientações metodológicas próprias de uma pedagogia histórica escolar.

No decorrer dos anos de 1940 a 1960, surgiram manuais que tinham como principal objetivo facilitar o trabalho docente oferecendo normas, materiais e métodos para uma educação nova, considerada ativa, prática e de aplicação imediata para a realidade escolar. Os autores desses manuais foram inauguradores de uma perspectiva didático-educacional:

Dessa maneira, os autores de manuais que tratavam do ensino de História nesse período, foram os inauguradores de uma perspectiva didático-educacional que no meio do debate pedagógico mais geral dos renovadores, cristalizaram formas de relacionar história e ensino. Na segunda metade do século XX seus escritos prescreveram programas para os cursos de formação de professores tanto nos cursos das Escolas Normais quanto nos de Institutos de educação (TOLEDO, 2011, p. 17).

Ainda em 1960, a disciplina de História unifica-se com a disciplina de Geografia e passam a ser nomeadas Estudos Sociais; obrigatória nas escolas primárias e optativa no ensino médio. Em 1964, após o golpe militar, a disciplina passa a ter caráter moral e cívico. Neste contexto, o governo militar cria a lei 5692/71, mudando o foco da disciplina para um caráter militar de ordem e conservação sem considerar a reflexão das ações humanas na construção da história.

Somente em 1980, a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) conseguiram separar as disciplinas dando autonomia dos conteúdos apenas para as turmas de 5^a a 8^a séries³. As turmas de 1^a a 4^a série permaneceram trabalhando com as disciplinas juntas. No ano de 1986 novas reformulações curriculares surgiram com a concepção voltada para a sociedade e as ações humanas produzindo sua própria história. A partir desta proposta, articulou-se os temas a serem estudados sendo eles: o indivíduo, a família, o bairro, a cidade, o estado e o Brasil como realidades em construção.

² Movimento que antecedeu o Manifesto dos Pioneiros de 1932. Entre outras ideologias, defendiam a proposta da organização do ensino em seus diversos níveis e a urgência em criar um Sistema Nacional de Ensino.

³ A nomenclatura 5^a a 8^a série foi substituída pelo Ensino Fundamental de nove anos, com divisão de 1º ao 9º ano, previsto na LDB lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 no artigo 32 onde passa a ser obrigatório o ensino fundamental com duração de nove anos, gratuito na escola pública e iniciando-se aos 6 anos de idade tendo por objetivo a formação básica do cidadão.

Atualmente, as questões para a reflexão sobre a metodologia do ensino de História estão vinculadas a duas possibilidades de síntese reflexiva:

1) A busca por registrar e fazer divulgar experiências de ensino e pesquisa em relação as mudanças vivenciadas na prática pedagógica do ensino de História; e 2) o entendimento de que , mais do que falar em práticas e técnicas, falar em metodologia do ensino de História, é, fundamentalmente, tratar de questões e problemáticas que estão diretamente vinculadas à história da disciplina (TOLEDO, 2011, p. 20).

A disciplina de História tem sido um elemento constante no debate do currículo para a escola elementar a partir da constituição do Estado brasileiro. O Decreto das Escolas de Primeiras Letras de 1827 revelava que a história a ser ensinada compreendia História Civil articulada a História sagrada.

Com a abolição da escravatura, no final do século XIX surgiram novos desafios políticos e junto deles ganharam força as propostas que apontavam para uma educação capaz de transformar o país. Os embates e disputas sobre a reelaboração dos conteúdos foram essenciais para a definição das disciplinas escolares. A História passou a ter um duplo papel: o civilizatório e o patriótico formando junto com a geografia e o ensino da língua pátria um novo tipo de cidadão: o cidadão patriota.

Buscamos por meio deste estudo aprofundar os conhecimentos quanto aos documentos norteadores para a disciplina de História entendendo os processos históricos que levaram a construção das diretrizes que temos hoje e como estes conteúdos se apresentam nos livros didáticos utilizados atualmente nas escolas públicas e privadas para as turmas de 5º ano.

3 Disciplina de História no 5º ano do Ensino Fundamental: aspectos legais

3.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

As Diretrizes Curriculares para a Educação Básica foram atualizadas pelo Conselho Nacional de Educação no ano de 2013, período em que o Brasil era governado pela ex-presidente Dilma Rousseff e o ministro da educação era Aloizio Mercadante. O documento pretende estabelecer uma nova base nacional comum que compreende os diferentes níveis da educação básica. Tal atualização foi necessária devido às mudanças na educação, entre elas, o ensino fundamental de nove anos. As diretrizes orientam, organizam e norteiam as propostas pedagógicas bem como seus métodos de avaliação. Neste estudo nos apropriaremos apenas das diretrizes para o ensino fundamental, que devem ser observadas pelas escolas e redes de ensino na

elaboração de seu currículo e projetos pedagógicos. Seu principal fundamento é o direito a educação para todos.

O documento propõe uma educação escolar comprometida com a igualdade, com qualidade social, e que garanta educação aos grupos da população menos favorecidos econômica e socialmente. Para tanto, as diretrizes apresentam princípios norteadores que deverão ser seguidos pelas escolas e redes de ensino em suas políticas educativas e ações pedagógicas. São estes os princípios:

Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias (DCN's, 2013, p.107,108).

Assim como nas demais etapas da educação básica, o ensino fundamental deve estar em conformidade com as diretrizes, seus fundamentos e princípios norteadores, objetivando propiciar ao educando formação comum a todos indispensável para exercer plena cidadania.

O Currículo apresentado nas diretrizes é de base nacional comum que é complementado em cada rede de ensino e unidade escolar. Essa parte complementar é chamada de diversificada. A base nacional comum, juntamente com a parte diversificada, formam juntas um todo integrado que não podem ser consideradas de forma distinta.

A base nacional comum é composta por valores fundamentais ao interesse social e democrático e todos devem ter acesso a tais conteúdos. Os conteúdos pertinentes a parte diversificada serão definidos pelas escolas e redes de ensino e terão caráter complementar e enriquecedor ao currículo.

Os conteúdos que contemplam a base curricular nacional comum são sistematizados e têm origem nas disciplinas científicas.

Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho e na

tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde, nos movimentos sociais, e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos (DCN's, 2013, p.114).

Os componentes curriculares deverão ser divididos em: linguagens (língua portuguesa, língua estrangeira moderna, língua materna para a população indígena, arte e educação física); matemática; ciências da natureza; ciências humanas, grupo ao qual pertence a disciplina de história e geografia e ensino religioso. Neste artigo, aprofundaremos nossos estudos apenas na disciplina de história.

De acordo com as diretrizes:

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (art. 26, §4º da LDB). Ainda conforme o artigo 26 A, alterado pela Lei nº 11.645/2008 (que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"), a História e a Cultura Afro-Brasileira, bem como a dos povos indígenas, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, contribuirão para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação. Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias (DCN's, 2013, p.114).

A proposta das diretrizes ainda prevê que os componentes curriculares devem estar articulados. Deve-se também integrar temas transversais as diferentes áreas de conhecimento com o objetivo de eliminar preconceitos, discriminações, racismo dando ao aluno condições sociais de crescer mais solidário e responsável com todos a sua volta e com o ambiente em que está inserido. Para tanto, é necessário planejar para tornar os conteúdos atrativos e mais próximos a realidade do aluno.

A avaliação, de acordo com a proposta das diretrizes, é formativa e também contínua. Deve-se considerar todo o processo de aprendizagem do aluno promovendo diferentes meios para que todos tenham a possibilidade de conquistar um bom rendimento.

3.2 Currículo da Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental do município De Maringá

Analizamos, também, o Currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Maringá, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) no ano de 2012, com o objetivo de orientar todos os profissionais envolvidos na rede educacional do município a uma proposta de educação integral. O documento foi elaborado durante segundo mandato do ex-prefeito Silvio Magalhães Barros, cuja secretária da educação foi Edith Dias de Carvalho. O documento ressalta que:

O desenvolvimento do pensamento histórico é, sem dúvida alguma, o objetivo principal do ensino de história com crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa proposta de trabalho tem como base a epistemologia da História, ou seja, a forma como o conhecimento histórico é construído, sua natureza, suas etapas e limites. Visto desse modo, a proposta de encaminhamento metodológico deve contemplar o trabalho com as fontes e a constante relação entre o passado e o presente, de forma que as diferentes temporalidades sejam marcadas (Currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2012, p. 288-289).

A Rede de ensino municipal da cidade de Maringá não tem um sistema educacional próprio, ela está vinculada, e age em regime de colaboração, à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. A SEDUC adotou, na elaboração de seu currículo, a abordagem teórica da Pedagogia Histórico-Crítica tendo base na teoria Histórico Cultural de Lev Vygotsky e no Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx; tais teorias corroboram ao dizer que é por meio da socialização e da superação do desfavorecimento social que a criança estabelecerá ligações com seu meio, tornando assim todas as suas vivências desde a primeira infância importantes para seu desenvolvimento.

O documento apresenta cinco importantes passos para uma didática eficiente de acordo com a Pedagogia Histórico-Crítico: Primeiro passo é a prática social inicial. Neste momento acontece o primeiro contato do aluno com o tema a ser trabalhado. O professor tem a função de possibilitar ao aluno oportunidades de expor seu conhecimento prévio sobre o assunto e estabelecer ligações entre o conhecido e o desconhecido. Vale lembrar que o professor deve tornar a conversa interessante no intuito de despertar no aluno o interesse em conhecer o que até então é desconhecido.

A problematização é o segundo passo. Neste momento a prática social é questionada. Os alunos entenderão porque determinado assunto será estudado e

quais são as suas dimensões. Gasparin (2009) *apud* Currículo Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental propõe nessa etapa, que os professores elaborem perguntas sobre o conteúdo de forma a torná-lo atrativo e mais próximo ao contexto dos alunos.

O terceiro passo é a instrumentalização, momento em que o conteúdo é sistematizado de maneira que favoreça o aprendizado e construção do conhecimento científico através da mediação do professor. O objetivo desta fase é tentar responder os questionamentos das etapas anteriores. Cabe ao professor mediar com ações intencionas e atividades planejadas.

O penúltimo passo é a catarse. O aluno sintetiza o conteúdo demonstrando um conhecimento elaborado. Este passo poderá ser feito de forma oral, escrita ou ainda através de desenhos no caso da educação infantil. O quinto, e último, passo é a prática social final, ponto em que o aluno passa a realizar sozinho aquilo que até então só sabia fazer por meio da mediação. A mediação adequada do professor nas etapas anteriores gerou uma nova prática social. A avaliação tem o papel de contribuir para que os alunos desenvolvam o pensamento crítico e compreendam o contexto social em que estão inseridos tornando-os cidadãos mais comprometidos com o seu meio social.

Os conteúdos estão organizados em eixos que articulam os conteúdos estruturantes, específicos e os objetivos gerais e específicos para cada disciplina e nível de ensino. Nos apropriaremos somente dos conteúdos de História, especificamente os conteúdos do 5º ano por ser nosso objeto de estudo. Os eixos da disciplina para o 5º ano são *Temporalidade: mudanças e permanências* e *Fontes: linguagens históricas*.

A partir dos eixos os conteúdos estão divididos em quatro conteúdos estruturantes, cada qual com seus objetivos gerais. Esses conteúdos são subdivididos em conteúdos específicos e objetivos específicos. O currículo de História para o 5º ano apresenta um panorama da história do Brasil desde seu descobrimento até a proclamação da república.

O primeiro conteúdo estruturante trata das grandes navegações e colonização do Brasil. O aluno conhecerá histórias sobre as grandes navegações, o contexto histórico, os motivos que levaram Portugal e Espanha a realizar essas viagens e estratégias para se apropriar de novas terras. O currículo ainda prevê o estudo dos primeiros habitantes, seus costumes e hábitos, a chegada dos portugueses, ocupação do território brasileiro por portugueses, negros e escravos. Espera-se de modo geral

que o aluno compreenda como ocorreram os primeiros contatos dos índios com portugueses e as contribuições desses povos para a colonização do nosso país.

O segundo conteúdo estruturante apresenta a administração da colônia. Neste conteúdo entram o Tratado de Tordesilhas, as Capitanias Hereditárias e o governo geral da época. Ao final do conteúdo, espera-se que o aluno compreenda as diferentes estratégias de governo de Portugal a fim de garantir a segurança das terras conquistadas.

O conteúdo seguinte aborda questões relacionadas a independência do Brasil. O conteúdo está dividido primeiramente no momento histórico da independência do Brasil, nossa primeira Constituição, a chegada dos imigrantes e finalmente a abolição da escravatura e fim da monarquia no Brasil. Tal conteúdo é proposto no currículo com o objetivo de levar o aluno a compreender os processos da independência do Brasil e suas contribuições para a Proclamação da República.

O quarto e último conteúdo estruturante proposto no currículo para o 5º ano, trata da Proclamação da República. Nesta etapa é trabalhado a nova constituição brasileira, o Brasil no início do século XX, o trabalho nas indústrias e fábricas e o crescimento das cidades, a organização administrativa do país, os poderes jurídico, legislativo e executivo e os símbolos brasileiros (hino, bandeira e brasão). O objetivo geral de estudar esse conteúdo é conhecer os processos da proclamação da república e suas implicações na vida dos cidadãos brasileiros.

O processo de aprendizado deve acontecer progressivamente e ao professor cabe fazer a seguinte análise do aluno proposta por Oliveira (2010):

- 1) Estabelece relações entre o passado e o presente? 2) Identifica em uma reflexão oral e escrita papéis divergentes atribuídos a um evento? 3) Relaciona no tempo determinados eventos históricos? 4) Utiliza noções relacionadas ao tempo como medida: calendário, décadas, séculos, semanas... 5) É capaz de realizar uma produção escrita que mostre uma interpretação e explicação comparando diversos documentos/fontes? 6) Utiliza noções relacionadas ao tempo como: datas, mudanças, permanências, sucessão, simultaneidade... 7) Consegue estruturar uma linha do tempo de um período histórico? 8) Consegue empregar vocabulários e conceitos adequados para explicar diferentes modos de vida: regimes políticos, poder, sociedade... 9) Identifica na História local momentos de inserção em um contexto mais amplo da História do Brasil. 10) Consegue colocar em relação diferentes épocas e elementos estudados? (Oliveira, 2010, p. 132-3 apud Currículo – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, p. 289, 2012).

O processo de aprendizagem do aluno acontecerá conforme ele for se apropriando dos conteúdos estudados e estabelecendo ligações acerca de seu

desenvolvimento. Isto é, qual contribuição, que determinando conteúdo tem com a construção do cidadão? Para tanto, é necessário uma prática pedagógica que direcione os saberes para este norte.

3.3 Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), foram elaborados pelo Ministério da Educação no ano de 1997, está dividido em dez volumes que compreendem todas as disciplinas da educação básica entre elas, o ensino de História. Abordamos tal documento, em último momento, por ser considerado um parâmetro e não uma legislação efetiva, e ainda, ressaltamos que o mesmo já foi superado por tantas outras legislações; no entanto, não podemos deixar de lado o fato de ainda ser objeto de estudo e consulta de muitos docentes/instituições. De acordo com os PCN's, alguns dos objetivos do Ensino Fundamental são:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCN's, 1997, p.9).

Os PCN's estão organizados em duas partes e apresenta conceitos, princípios e orientações de atividades que cujo principal objetivo é orientar situações que proporcionem aos estudantes uma leitura crítica de diferentes assuntos ligados à história.

A primeira parte trata de algumas concepções curriculares para a disciplina de História no Brasil apontando conceitos, princípios e características necessários ao saber histórico. São apresentados, também, os objetivos gerais da disciplina para o ensino fundamental. Espera-se que no decorrer dessa etapa os alunos tornem-se aptos a:

Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;

Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;

Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação políticas institucionais e organizações coletivas da sociedade civil;

Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros;

Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (PCNS, 1997, p.33).

A escolha dos conteúdos foi feita a partir das problemáticas locais em que estão inseridos os alunos e a escola não deixando de considerar os contextos regionais, nacionais e mundiais, pois dimensionam a realidade em que estão envolvidos. Os conteúdos foram escolhidos a partir do tempo presente e de histórias de outros tempos proporcionando a criança, a oportunidade de compreender a si mesma e a vida coletiva a qual faz parte. Essa proposta privilegia no primeiro ciclo o estudo de tempos diferentes no tempo presente em determinado espaço. No segundo ciclo sugere o estudo de histórias de outros espaços em diferentes tempos predominado a história social e cultural não excluindo a política e economia.

Os conteúdos escolhidos estão articulados com temas transversais sendo eles:

As relações de trabalho existentes entre os indivíduos e as classes, por meio do conhecimento sobre como se processam as produções, as comercializações e a distribuição de bens, as desigualdades sociais, as transformações das técnicas e das tecnologias e a apropriação ou a desapropriação dos meios de produção pelos trabalhadores;

As diferenças culturais, étnicas, de idade, religião, costumes, gêneros, sistemas econômicos e políticos;

As lutas e as conquistas políticas, travadas por indivíduos, por classes e movimentos sociais;

As relações entre os homens e a natureza, numa dimensão individual e coletiva, contemporânea e histórica, envolvendo discernimento quanto às formas de dominação e preservação da fauna, flora e recursos naturais;

Reflexões sobre a constituição da cidadania, em diferentes sociedades e tempos, relacionados à saúde, à higiene, às concepções sobre a vida e a morte, às doenças endêmicas e epidêmicas;

As imagens e os valores em relação ao corpo, relacionados à história da sexualidade, dos tabus coletivos, da organização das famílias, da educação sexual e da distribuição de papéis entre os gêneros nas diferentes sociedades historicamente constituídas (PCNS, 1997, p.36).

Devido à variedade de conteúdos da disciplina, os professores devem selecionar os conteúdos mais significativos, a proposta do documento não deve ser considerada como fixa sendo possível aos professores recriá-los e adaptá-los de acordo com sua realidade escolar.

A segunda parte do documento está dividida em primeiro e segundo ciclos onde são apresentados os eixos temáticos para as séries iniciais do ensino fundamental juntamente com os critérios que dão base as escolhas dos eixos.

Pertence ao primeiro ciclo às séries iniciais do ensino fundamental, período em que o aluno ainda está em um processo de alfabetização. O trabalho com essas séries volta-se para uma prática pedagógica que envolve a oralidade, sendo necessário o uso de recursos tais como: fotografias, fontes documentais, filmes, mapas, objetos do cotidiano etc. A partir desta prática é possível desenvolver trabalhos com a linguagem escrita.

No segundo ciclo, a criança já tem um domínio maior da linguagem escrita e a principal tarefa do professor é propiciar através de práticas pedagógicas, situações que ampliem os conhecimentos históricos de seus alunos.

Os conteúdos do segundo ciclo estão organizados a partir do eixo temático: história das organizações populacionais. Nesta etapa o aluno já compreende que as diferentes relações humanas podem construir e modificar a história de um determinado lugar e das pessoas que estão inseridas ali. Ao estabelecer relações entre grupos distintos considerando também fatores econômicos, sociais, culturais e políticos, os alunos têm a possibilidade de compreender que existem problemáticas específicas de cada região.

A proposta para este ciclo é de que os estudos sobre a história dos povos propiciem aos alunos um estudo crítico e reflexivo considerando as mudanças, permanências, diferenças e semelhanças das relações humanas. Neste sentido os conteúdos propostos neste documento são:

- A procedência geográfica e cultural de suas famílias e as histórias envolvidas nos deslocamentos e nos processos de fixação;
- Os deslocamentos populacionais para o território brasileiro e seus contextos históricos;
- As migrações internas regionais e nacionais, hoje e no passado;
- Os grupos e as classes sociais que lutam e lutaram por causas ou direitos políticos, econômicos, culturais, ambientais;
- Diferentes organizações urbanas, de outros espaços e tempos;
- As relações econômicas, sociais, políticas e culturais que a sua localidade estabelece com outras localidades regionais, nacionais e mundiais;
- Os centros político-administrativos brasileiros;

As relações econômicas, sociais, políticas e culturais que a sua localidade estabelece ou estabeleceu com os centros administrativos nacionais, no presente e no passado;
Medições de tempo, calendários, quadros cronológicos, linhas de tempo e periodizações, para organizarem sínteses históricas das relações entre as histórias locais, regionais, nacionais e mundiais (PCNS, 1997, p.47-48).

Neste sentido, cabe ao professor, priorizar conteúdos que possibilitem a interpretação e reflexão do aluno em relação ao seu espaço dentro da cidade, estado, país e mundo. Também é necessário um exercício de auto avaliação docente, considerando os parâmetros propostos para a disciplina à escolha dos conteúdos e a prática em sala de aula.

4 Análise do livro didático *Ligados com a História*: organização legal e parâmetros contraditórios

O material utilizado para a análise foi o livro *Ligados com a História* da Editora Saraiva. O livro foi produzido no ano de 2014 e organizado por Alexandre Alves, doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Letícia Fagundes de Oliveira, mestre em História Social também pela USP e Regina Nogueira Borella, bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é utilizado como didático na rede municipal de Maringá.

O livro está organizado em oito unidades, cada uma está dividida em capítulos relacionados ao tema principal . Na abertura de cada unidade há imagens, elementos que proporcionam ao aluno uma reflexão sobre o tema principal e o seu cotidiano. Dentro de cada capítulo há seções práticas que auxiliam nos estudos e aprofundamento do conteúdo. Próximo a cada texto há um *box* que tira dúvidas de termos, expressões e palavras que não são comuns ao vocabulário dos alunos. O material também apresenta um *box* destinado a fontes e testemunhos históricos. Nesta seção, a ideia é trazer fontes, mapas, fotografias, depoimentos, artigos, obras de escritores, especialistas e historiadores que falam sobre o assunto que está sendo tratado no capítulo.

Há, ainda, um *box* destinado a atividades para retomar e ampliar os principais assuntos da unidade; o “Você Sabia?” traz curiosidades sobre o tema estudado; o “Ampliando Horizontes”, apresenta sugestões de livros, revistas e outros materiais que permitem enriquecer ou ampliar os conteúdos abordados; o “Rede de Ideias” retoma conteúdos da unidade e relaciona com outras áreas do conhecimento; e “Qual

é a pegada?”, o aluno tem a possibilidade de refletir sobre atitudes e valores que contribuem para a sua formação como cidadão.

A análise do livro foi feita a partir das propostas presentes no Currículo de Maringá por apresentar os conteúdos da disciplina sistematizados e também porque está em uso nas escolas municipais da cidade. Os conteúdos propostos no currículo estão organizados a partir de uma linha do tempo, desde o período das grandes navegações e o descobrimento do Brasil até o momento de proclamação da república.

A seguir, apresentaremos o quadro com as propostas para o ensino de história nas turmas de 5º ano:

EIXOS:**Temporalidade:** mudanças e permanências**Fontes:** linguagens históricas

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Específicos	Objetivos Específicos
<p>As grandes navegações e a colonização do Brasil</p> <p><i>Objetivo geral:</i> Compreender como se deu o primeiro contato entre indígenas e portugueses, a fim de identificar e respeitar as contribuições dos indígenas, negros e imigrantes na colonização do Brasil.</p>	Grandes navegações	<p>Conhecer o período histórico das navegações do século XVI, para perceber e conhecer os instrumentos, as técnicas e as reais condições de viagem da época que possibilitaram as grandes navegações.</p> <p>Descobrir os motivos que levaram Portugal e Espanha a realizar as grandes navegações, a fim de percebê-las como estratégias de conquistas de novas terras.</p>
	<p>Primeiros habitantes</p> <p>(hábitos E costumes)</p>	<p>Reconhecer a existência de povos indígenas no Brasil antes da chegada dos portugueses, a fim de conhecer a importância da cultura indígena na construção da sociedade brasileira.</p> <p>Perceber que as heranças culturais que temos hoje foram contribuição dos povos indígenas E dos negros escravizados que formaram A identidade brasileira.</p> <p>Conhecer a história dos colonizadores, a fim de perceber aspectos de permanências e mudanças ao longo desse processo.</p> <p>Estabelecer relações entre o presente e o passado, a fim de identificar os problemas da situação atual dos indígenas e perceber que importância os direitos dos indígenas e A</p>

		necessidade de sua garantia e seu cumprimento.
	<p>Chegada Dos portugueses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação do território Pelos 1^{os} imigrantes Portugueses e negros • Escravidão 	<p>Perceber a importância da chegada dos portugueses no Brasil, a fim de compreender o processo de ocupação do território brasileiro.</p> <p>Reconhecer a importância dos indígenas e dos africanos para a construção histórica e cultural do país, a fim de valorizar e respeitar sua contribuição nesse processo.</p> <p>Reconhecer a importância da cultura e da arte do povo africano e indígena que com seus contos e lendas contribuíram para com a construção da identidade da sociedade brasileira, a fim de valorizá-las.</p>
	Vinda Da família real	Entender que a vinda da família real para o Brasil foi resultado de um processo de disputa de terras.
<p>Administração da colônia <i>Objetivo geral:</i></p> <p>Conhecer as diferentes formas de governo adotadas por Portugal, a fim de garantir a segurança das novas terras conquistadas.</p>	<p>Administração da colônia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tratado de Tordesilhas • Capitânicas Hereditárias • Governo Geral 	<p>Identificar as etapas iniciais da administração do período colonial: o Tratado de Tordesilhas, as Capitânicas hereditárias e o Governo Geral entendendo-as como um processo de organização da colônia.</p>

A Independência do Brasil Objetivo geral: <i>Conhecer o processo de independência do Brasil e suas implicações, a fim de perceber suas contribuições na Proclamação da República.</i>	A independência do Brasil: A Primeira constituição	Conhecer o processo da independência do Brasil, a fim de entender como e porque o país se tornou independente de Portugal. Reconhecer que com a independência do Brasil novas Leis E Diretrizes precisaram ser estabelecidas, Para direcionarem a convivência entre As pessoas, tanto no trabalho quanto na vida civil.
	A chegada dos imigrantes	Reconhecer na presença dos imigrantes no Brasil como forma de contribuição para o desenvolvimento do novo país. Conhecer a história dos imigrantes, A fim de perceber que o trabalho De diferentes povos contribuiu para A construção do País. Identificar mudanças e permanências no modo de vida dessas pessoas após A fixação no Brasil, a fim de perceber as influências Culturais que Esses imigrantes trouxeram para o Brasil.
	Abolição Dos escravos/Fim Da monarquia	Identificar que o fato da abolição da escravatura foi um agravante que contribuiu para o fim da monarquia e conseqüentemente com a Proclamação da República.
A Proclamação da República Objetivo geral: <i>Conhecer o processo da Proclamação da República e a sua repercussão na vida dos cidadãos brasileiros, a fim de identificar a nova configuração do cenário</i>	A Proclamação da República: A nova constituição	Entender que a Proclamação da República inaugurou uma nova forma de organização e de governo e que conseqüentemente Uma Nova configuração nos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros.
	O Brasil no Início do século XX O Trabalho nas fábricas/a indústria e o crescimento das cidades;	Conhecer as conquistas alcançadas pelo povo brasileiro no século XX, a fim de constatar as mudanças e permanências desse contexto.
	A organização e a	Conhecer a organização e administração

<i>brasileiro.</i>	<p>Administração do Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poder executivo (Presidente república, vice-Presidente da república e ministros) • Poder legislativo (Congresso Nacional: Deputados Federais e Senadores) • Poder judiciário (Tribunais superiores e ministros). <p>Símbolos Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bandeira • Hino • Brasão 	<p>do País, a fim de compreendê-las como facilitadora para o desenvolvimento do Estado Nacional e o bem estar da população.</p> <p>Reconhecer a bandeira, o hino e o brasão como símbolos pertencente ao Brasil, para identificá-los como uma marca própria.</p>
--------------------	--	--

O primeiro conteúdo estruturante da disciplina trata das grandes navegações e a colonização do Brasil. A proposta é que dentro deste item, sejam apresentados conteúdos sobre as grandes navegações, a chegada dos portugueses e os primeiros habitantes do Brasil, os imigrantes portugueses e negros, o período de escravidão e a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Dentro deste objetivo, observamos que a primeira unidade do livro, das páginas 8 até 26 apresenta um panorama geral da vida no período do Brasil Colônia. O primeiro capítulo do livro conta a história da colonização, a exploração das riquezas naturais tais como o pau-brasil e as especiarias. Apresenta, também, o contexto e organização das capitanias hereditárias e o governo geral, itens que estão previstos dentro do segundo conteúdo estruturante do currículo. No segundo capítulo, o tema principal continua sendo a sociedade colonial, porém, já apresentando questões como a escravidão e os motivos desta prática, o papel da mulher dentro da sociedade colonial, os homens livres e senhores.

Observamos que os textos de toda a unidade são curtos e com um vocabulário claro de fácil compreensão para alunos de 5º ano. Há a presença de muitas imagens, item de bastante relevância quando estamos estudando história, pois nos aproxima do passado e alimenta a imaginação. Para cada texto da unidade, foram elaboradas atividades orais ou escritas para fixação do conteúdo. As atividades, ora são individuais, estimulando a reflexão do aluno, ora são realizadas em duplas ou grupos, favorecendo o debate e troca de opiniões. Dentro da proposta do currículo de reconhecer e valorizar a cultura indígena, existe uma proposta de debate sobre os direitos conquistados pelos índios e os artigos dispostos na Constituição de 1988 que garantem estes direitos. Para concluir o assunto, é proposto um trabalho de pesquisa em grupo sobre as terras indígenas no estado ou região em que os alunos vivem. Percebemos nesta primeira unidade do material que parte do que conteúdo proposto no currículo, não é apresentado no livro, porém, o conteúdo que está de acordo, bem como suas atividades, atendem satisfatoriamente os objetivos geral e específicos do documento norteador.

O segundo conteúdo estruturante trata da administração da colônia, sendo conteúdos específicos, o Tratado de Tordesilhas, as capitanias hereditárias e o governo geral. Espera-se que ao final dos estudos sobre esse conteúdo, o aluno identifique as etapas iniciais da administração do período colonial. Sobre esses conteúdos o livro traz apenas duas páginas de informações e poucas atividades de fixação além de não apresentar o que foi o Tratado de Tordesilhas. Não é proposto nenhuma atividade de pesquisa ou outras fontes em que o aluno possa recorrer a fim de apropriar-se mais dos conteúdos.

O terceiro conteúdo estruturante do currículo propõe um estudo sobre a independência no Brasil, a primeira Constituição, a chegada dos imigrantes, a abolição dos escravos e o fim da monarquia. Dentro do livro analisado, a história da independência do Brasil é abordada na terceira unidade, das páginas 50 até 63. Primeiramente é apresentada a história da família real portuguesa e os motivos que fizeram a família se instalar aqui no Brasil. Em um segundo momento, a unidade apresenta um texto sobre a primeira Constituição do Brasil, os motivos que levaram a elaboração do documento, e a existência dos poderes moderador (imperador), legislativo, executivo e judiciário. Os textos e atividades sobre esse assunto atendem os objetivos específicos do currículo de proporcionar ao aluno conhecimento sobre esse período da independência e sua importância na formação do cidadão.

Ainda dentro do terceiro conteúdo estruturante, é proposto o estudo sobre a abolição dos escravos e o fim da monarquia no Brasil. Esses temas não estão contidos no terceiro capítulo do livro como a primeira parte da independência, porém estão na sequência das unidades, assim organizados: abolição dos escravos dentro da quarta unidade do didático, e na quinta unidade o fim da monarquia. Dentro da quarta unidade, é apresentado um capítulo inteiro (páginas 68 até 79) sobre a difícil vida dos escravos e as conquistas de seus direitos. No início é feito um panorama geral da vida destas pessoas, como vieram para o Brasil, o tráfico de negros e os navios negreiros; posteriormente, fala da conquista de direitos dos negros, os abolicionistas que apoiavam o fim da escravidão no Brasil e a importante participação feminina na figura de Chiquinha Gonzaga no movimento abolicionista. Ainda são apresentadas as leis abolicionistas: Eusébio de Queiroz de 1850 que proibia o tráfico de escravos; Lei do Ventre livre de 1871 que declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir da data da lei; Lei dos sexagenários de 1885 que libertava os escravos com mais de 60 anos; e a Lei Áurea de 1888 que libertava os escravos sem compensações aos senhores. No final do capítulo há sugestões de revistas, músicas e vídeos sobre o período e as comunidades quilombolas. Material que enriquece tanto as aulas quanto o conhecimento dos alunos fora dela. O fim do período de monarquia aparece no início da quinta unidade apenas para introduzir o quarto e último conteúdo estruturante: A Proclamação da República.

Como já mencionado, o quarto conteúdo estruturante trata da República no Brasil e suas implicações: a nova Constituição, o Brasil no século XX, as fábricas, indústrias e o crescimento das cidades, a organização da administração do Brasil, os três poderes e suas responsabilidades e os símbolos nacionais. Dentro do que está proposto no livro, o conteúdo se inicia com o momento de transição da monarquia para a república. No decorrer dos primeiros anos da república, as cidades e indústrias tiveram um grande crescimento. Para esse conteúdo, o material foi dividido entre a unidade seis e sete, das páginas 104 a 138. O assunto é abordado com textos objetivos, atividades de pesquisa em grupo e a proposta de ampliar os horizontes e compreender melhor o momento de crescimento e modernização das cidades com o filme “Século XX: Primeiros tempos” e a leitura do livro Trem da Vida, de Helena Guimarães Campos. O didático apresenta detalhadamente o processo de modernização nas cidades brasileiras e nas indústrias. Neste processo de modernização, ganham destaque as discussões sobre a revitalização da cidade do

Rio de Janeiro em meados de 1904 com efeito da Revolta da Vacina, e a construção de Brasília em 1955.

Os textos e atividades sobre a nova Constituição estão na unidade oito. A unidade trabalha a questão da desigualdade social, as lutas de classes e o grande avanço democrático com a elaboração da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã por ser um conjunto de leis que busca tornar o Brasil um país mais justo e sem grandes desigualdades sociais. Dentre as muitas leis, o Estatuto da Criança e do Adolescente ganha destaque nesta unidade. Os alunos são levados a uma séria reflexão sobre os direitos que toda criança tem, a responsabilidade da sociedade para fazer valer o Estatuto, e a conscientização de que nem todas as crianças e adolescentes tem estes direitos garantidos. Há a proposta de pesquisas em jornais, revistas, e internet para conhecer iniciativas e projetos que buscam cumprir essa responsabilidade.

Ainda nesta unidade, está proposto o estudo sobre as lutas das mulheres ao longo da história e os direitos conquistados, os direitos dos afro-brasileiros com a apresentação do Estatuto da Igualdade Racial de 2010, direitos dos idosos e da pessoa com deficiência. Ao final do estudo sobre a Constituição, os direitos das crianças, adolescentes, mulheres, negros e idosos o livro traz o seguinte questionamento: *Se todos são iguais perante a lei, por que o Brasil é marcado por desigualdades, exclusão e injustiças sociais?* Esta é uma excelente pergunta para estimular a criticidade dos alunos e fazê-los refletir sobre o que é ser cidadão, quais direitos são de fato garantidos, quais não são, quais deveres estamos cumprindo enquanto cidadãos e quais estamos deixando de cumprir. Há uma breve apresentação sobre a Declaração Universal dos Direitos humanos no final da unidade e para encerrar o conteúdo a proposta da elaboração de um livreto sobre os direitos humanos. A ideia é que posteriormente esse livreto seja divulgado para a toda a comunidade escolar.

A organização e administração do Brasil por meio dos poderes, executivo, legislativo e judiciário no período republicano e os símbolos nacionais, conteúdos propostos no currículo, não são apresentados no material analisado. Podemos observar que o livro atende em grande parte ao que está proposto no documento norteador de Maringá, mas não de forma completa. Traz também outros conteúdos tais como, a economia do ouro no Brasil, o império do café, a modernização do Brasil e a conquista do sertão, a cidadania como uma luta de todos, que não estão

no currículo, porém são de grande relevância para o aprendizado e formação dos alunos e estão previstos nas Diretrizes Curriculares da seguinte forma:

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo (DCN's, 2013, p.114).

Observamos que o livro didático segue a linha de pensamento – Pedagogia Histórico-Crítico, adotada pelo Currículo de Maringá, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky que considera importante todas as vivências do aluno para a construção do cidadão.

Um ponto importante a destacar sobre o didático, são os textos e as atividades que juntos visam construir conceitos de mudança, permanência, memória, sujeito histórico. Há também uma preocupação com a interdisciplinaridade, isto é, outros saberes estão constantemente articulados aos conteúdos do livro tais como, leitura de gráficos e tabelas que contribuem com o pensamento lógico do aluno, leitura de mapas e por meio deste desenvolver habilidades de orientação no espaço, diferentes gêneros textuais permitem a articulação com a disciplina de Língua Portuguesa, e a leitura e apreciação de imagens, criando uma ponte entre a História e a Arte.

O tema sustentabilidade, tão discutido nos últimos tempos, também é tratado no livro. A abordagem no livro ocorre mais sistematicamente na no *box Qual é a pegada?* Criado para promover a discussão sobre novas práticas e hábitos que possibilitem um futuro sustentável para as próximas gerações. A reflexão sobre a ação humana e a ética é constante no material. Um exemplo é o *Qual é a pegada?* Páginas 82 e 83, no final do capítulo da cultura do café. O *box* traz uma discussão sobre o café e a devastação da Mata Atlântica.

As atividades do livro em geral são dinâmicas e diversificadas fazendo com que o estudo de história se relacione com o momento em que estamos. Observamos também, que o guia do professor, parte destinada para o estudo do professor e

preparo das aulas é rico em informações e ideias para tornar as aulas mais interessantes e próximas à realidade dos alunos. Ao professor, é importante fazer uso deste e outros recursos a fim de tornar os conteúdos e aulas mais didáticas.

5 Considerações finais

Ao realizar este estudo, observamos que todos os documentos que norteiam a disciplina possuem muitos pontos em comum, mas cada um com suas especificidades. A questão de grande relevância e reflexão a nós educadores é que muitos professores não fazem uso deste material, em sua maioria não sabem da existência de documentos que norteiam a disciplina e não se aprofundam nos conteúdos. Ao contrário das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que ocupam um espaço maior na grade curricular e, portanto, recebem um olhar mais atento as questões didáticas, a disciplina de História juntamente parece estar sempre em segundo plano, não recebendo a devida atenção que deveria. Esta deve ser considerada como uma das disciplinas fundamentais para a formação do cidadão.

Analisando o livro didático percebemos a importância de um material bem estruturado e que segue uma sequência cronológica de acordo com o documento norteador. A organização dos conteúdos neste modelo facilita o trabalho do professor no estudo aprofundado e preparo das aulas, porém o livro não deve ser a única fonte de pesquisa e estudo do professor. A busca por outras fontes, muitas destas até propostas no próprio didático, amplia a visão e conhecimento não só do professor para ministrar a aula, mas também dos alunos, uma vez que uma aula bem preparada, com diferentes recursos didáticos estimula os alunos a se aprofundarem no conteúdo proposto.

A realidade é que nem todos os professores dedicam tempo para estudar e se apropriar dos documentos norteadores e conteúdos específicos da disciplina de história. Nas séries iniciais do ensino fundamental as aulas de história são ministradas por professores regentes, em sua maioria pedagogos que durante a graduação tiveram poucas disciplinas voltadas para a metodologia do ensino de disciplinas específicas como é o caso da História. Os conteúdos de História não são simples e demandam pesquisas e estudos aprofundados, algo que não é possível

na graduação com uma grade de disciplinas limitada. Porém a defasagem na graduação não justifica o desinteresse em buscar mais conhecimento e preparo para a sala de aula. A busca por aperfeiçoamento não está limitada ao que a graduação oferece tampouco ao que os livros didáticos e guia do professor propõe.

O ideal é que haja uma busca por conhecimento constante por parte do professor considerando que a história é viva e está em constante transformação. É necessário também que o professor se aproprie de diferentes métodos para transmitir o conhecimento tendo em vista que os alunos que ocupam os bancos escolares hoje não são os mesmos de trinta anos atrás. Tais atos contribuirão para aulas mais dinâmicas e contextualizadas.

Esta pesquisa não foi empírica, não fomos a campo. Usamos como base para análise e reflexões as vivências adquiridas no trabalho em sala de aula e durante a graduação principalmente nos estágios. Esperamos com tal pesquisa ter contribuído para a reflexão, formação e práticas pedagógicas de professores que assim como nós, atuam nesta área docente.

6 Referências

ALVES, Alexandre. **Ligados.com história, 5º ano: anos iniciais** / Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, Regina Nogueira Borella. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, p. 102 – 143, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006. Lei de Diretrizes e Bases da Educação** nº 9394, Brasília, DF, MEC, 2006. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia/** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :MEC/SEF, p.19 – 89, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, p. 65, 2002.

MARINGÁ, Secretaria de Educação. **Currículo – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Maringá, PR, SEDUC, p. 284 – 290, 2012.

MARINGÁ, Secretaria de Educação. **Currículo – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Maringá, PR, SEDUC, p. 304 - 310, 2012.

NADAI, Elza. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”: **O Ensino de História e a criação do fato** /Jaime Pinsk (org.) – 7ª ed. – São Paulo: Contexto, p. 23 – 29, 1997.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História: Dimensões Pedagógicas e Método de Ensino. **Ensino de História: Ensaios sobre questões teóricas e Práticas** / Maria Leopoldino Tursi Toledo (org.) – Maringá: Eduem, p. 13- 32, 2011.